



Brasil PCH S.A.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2010 e 2009



Brasil PCH S.A.

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3 - 5
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11 - 46



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria e aos Acionistas da
Brasil PCH S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (continuação)

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as controladas indiretas calcularam a depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de suas autorizações por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2010, o investimento na controladora (imobilizado no consolidado) e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$ 46.370 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$ 21.247 mil.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia emitiu ações preferenciais resgatáveis, no montante de R\$ 24.000 mil, as quais têm data definida para resgate. De acordo com CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC39), este valor deveria estar registrado no passivo não circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2010, o passivo não circulante está diminuído e o patrimônio líquido está aumentado nesse valor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil PCH S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP 014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in blue ink, reading 'Vânia Andrade de Souza'.

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057497/O-2

Brasil PCH S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2010	2009	1º/1/2009	2010	2009	1º/1/2009			2010	2009	1º/1/2009	2010	2009	1º/1/2009
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.370	19.326	54.221	36.609	23.379	74.869	Fornecedores		1	25	64	20.501	29.024	23.579
Ativos vinculados - BNDES	8	-	-	-	81.776	71.811	55.518	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		15	12	34	172	212	113
Contas a receber	9	81	-	-	33.611	28.322	17.381	Impostos e contribuições a recolher		14	12	38	3.546	3.942	3.024
Dividendos a receber	11	21.817	-	-	-	-	-	Provisão para férias e 13º salário		-	-	7	533	580	219
Adiantamentos a funcionários		-	-	-	119	18	-	Outras obrigações		80	64	-	886	110	553
Impostos a compensar		1.014	473	1.666	1.769	1.733	3.934	Dividendos a pagar		4.774	8.891	-	4.774	8.891	-
Despesas antecipadas		12	15	15	422	279	2.158	Empréstimos - ABC	15	2.495	-	-	2.495	-	-
Adiantamentos diversos		-	-	2	62	90	104	Financiamentos - BNDES	14	-	-	-	85.453	82.677	56.673
		<u>36.294</u>	<u>19.814</u>	<u>55.904</u>	<u>154.368</u>	<u>125.632</u>	<u>153.964</u>			<u>7.379</u>	<u>9.004</u>	<u>143</u>	<u>118.360</u>	<u>125.436</u>	<u>84.161</u>
Não circulante															
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	46.840	35.388	27.722	-	-	-	Financiamentos - BNDES	14	-	-	-	731.555	813.999	881.748
Impostos a compensar		2.080	1.922	-	2.162	2.054	-	Empréstimos - PETROS	15	473.837	389.077	360.137	473.837	389.077	360.137
Depósitos judiciais	10	-	-	-	7.999	7.426	7.285	Dividendos a pagar		<u>14.101</u>	<u>14.101</u>	<u>8.731</u>	<u>14.101</u>	<u>14.101</u>	<u>8.731</u>
Investimentos	11	482.907	433.011	350.165	-	-	-			<u>487.938</u>	<u>403.178</u>	<u>368.868</u>	<u>1.219.493</u>	<u>1.217.177</u>	<u>1.250.616</u>
Imobilizado	12	351	448	353	1.236.939	1.272.868	1.222.603	Patrimônio líquido							
Intangível		61	88	120	146	132	122	Capital social	16	109.032	109.032	109.032	109.032	109.032	109.032
Diferido	13	59.273	66.847	74.928	68.728	79.837	90.984	Reserva de capital		16.888	16.888	31.149	16.888	16.888	31.149
		<u>591.512</u>	<u>537.704</u>	<u>453.288</u>	<u>1.315.974</u>	<u>1.362.317</u>	<u>1.320.994</u>	Reserva legal		971	971	-	971	971	-
		<u>627.806</u>	<u>557.518</u>	<u>509.192</u>	<u>1.470.342</u>	<u>1.487.949</u>	<u>1.474.958</u>	Reserva especial		8.803	18.445	-	8.803	18.445	-
								Prejuízo do exercício		<u>(3.205)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.205)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
										<u>132.489</u>	<u>145.336</u>	<u>140.181</u>	<u>132.489</u>	<u>145.336</u>	<u>140.181</u>
										<u>627.806</u>	<u>557.518</u>	<u>509.192</u>	<u>1.470.342</u>	<u>1.487.949</u>	<u>1.474.958</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Brasil PCH S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receita operacional bruta					
Suprimento de energia elétrica		-	-	272.590	227.028
Deduções à receita operacional					
PIS		-	-	(1.771)	(1.499)
COFINS		-	-	(8.176)	(6.917)
			-	(9.947)	(8.416)
Receita operacional líquida		-	-	262.643	218.612
Custo de operação					
Serviços de terceiros		-	-	(27.730)	(20.625)
Seguros		(32)	(2)	(1.700)	(2.259)
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)		-	-	(5.347)	(6.351)
Depreciação e amortização		-	-	(38.975)	(34.558)
		(32)	(2)	(73.752)	(63.793)
Lucro operacional bruto		(32)	(2)	188.891	154.819
Outras (despesas) receitas operacionais					
Depreciação e amortização		(7.710)	(6.908)	(7.768)	(6.931)
Despesas administrativas e gerais		(1.987)	(2.090)	(16.833)	(15.514)
Despesas financeiras	18	(86.532)	(30.217)	(166.269)	(111.200)
Receitas financeiras	18	1.195	3.489	11.629	10.072
Resultado da equivalência patrimonial	11	91.861	55.124	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		-	20	(1.360)	3
		(3.173)	19.418	(180.601)	(123.570)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.205)	19.416	8.290	31.249
Imposto de renda		-	-	(7.632)	(7.991)
Contribuição social		-	-	(3.863)	(3.842)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(3.205)	19.416	(3.205)	19.416
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R\$		(0,034)	0,206		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial - R\$		(0,216)	1,308		
Quantidade de ações integralizadas - Ordinárias		94.187.831	94.187.831		
Quantidade de ações integralizadas - Preferenciais		14.844.136	14.844.136		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Brasil PCH S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Ágio	Reserva legal	Reserva especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2009	<u>109.032</u>	<u>31.149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>140.181</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.416	19.416
Dividendos de ações preferenciais	-	(14.101)	-	-	-	(14.101)
Atualização de dividendos de ações preferenciais	-	(160)	-	-	-	(160)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	971	-	(971)	-
Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.445</u>	<u>(18.445)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>109.032</u>	<u>16.888</u>	<u>971</u>	<u>18.445</u>	<u>-</u>	<u>145.336</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(3.205)	(3.205)
Pagamento de dividendos de ações preferenciais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.642)</u>	<u>-</u>	<u>(9.642)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>109.032</u>	<u>16.888</u>	<u>971</u>	<u>8.803</u>	<u>(3.205)</u>	<u>132.489</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Brasil PCH S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.205)	19.416	(3.205)	19.416
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	18	86.530	28.940	165.352	108.574
Depreciação e amortização		7.710	6.907	46.743	41.489
Equivalência patrimonial		(91.861)	(55.124)	-	-
Ganho de capital referente à venda de bens do ativo imobilizado		-	-	(278)	-
Lucro ajustado		(826)	139	208.612	169.479
Variações nos ativos e passivos					
Aumento em ativos vinculados - BNDES		-	-	(9.963)	(16.293)
Aumento em contas a receber		(81)	-	(5.287)	(10.941)
Aumento em adiantamento a funcionários		-	-	(168)	(18)
Aumento (redução) em impostos a compensar		(699)	(728)	(104)	147
Redução em despesas antecipadas		4	-	(35)	1.879
Redução em adiantamentos diversos		-	2	(54)	14
Aumento em depósitos judiciais		-	-	(573)	(141)
Redução (aumento) em fornecedores		(24)	(39)	(8.518)	5.445
Redução (aumento) em obrigações trabalhistas e previdenciárias		3	(22)	(36)	99
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recolher		16	(26)	817	918
Redução (aumento) na provisão para férias e 13º salário		2	(7)	(448)	361
Aumento (redução) em outros passivos		-	64	(45)	(444)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.605)	(617)	184.198	150.505
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital em sociedade controlada		(11.452)	(35.388)	-	-
Dividendos recebidos (pagos)	16	20.148	-	-	-
Aquisição de imobilizado	12	-	(168)	(27.179)	(74.783)
Venda de imobilizado	12	-	-	27.750	-
Aquisição de intangível		(12)	32	(12)	(11)
Redução (aquisição) de diferido		-	1.246	-	1.054
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		8.684	(34.278)	559	(73.740)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Dividendos pagos	16	(13.760)	-	(13.760)	-
Empréstimos tomados	15	15.000	-	15.000	-
Financiamentos pagos	14/15	(12.500)	-	(91.849)	(56.594)
Juros pagos sobre financiamentos	14/15	(1.775)	-	(80.918)	(71.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(13.035)	-	(171.527)	(128.255)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(5.956)	(34.895)	13.230	(51.490)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.326	54.221	23.379	74.869
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		13.370	19.326	36.609	23.379
		(5.956)	(34.895)	13.230	(51.490)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Brasil PCH S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		-	-	272.590	227.028
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		32	33	34.770	29.245
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		168	333	7.055	4.877
		<u>200</u>	<u>366</u>	<u>41.825</u>	<u>34.122</u>
Valor adicionado bruto		(200)	(366)	230.765	192.906
Depreciação, amortização e exaustão		7.710	6.908	46.743	41.490
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>(7.910)</u>	<u>(7.274)</u>	<u>184.022</u>	<u>151.416</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		91.861	55.124	-	-
Receitas financeiras	18	1.195	3.489	11.629	10.072
Outras		-	20	4.430	20
		<u>93.056</u>	<u>58.633</u>	<u>16.059</u>	<u>10.092</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>85.146</u>	<u>51.359</u>	<u>200.081</u>	<u>161.508</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		1.532	1.335	8.300	7.032
Benefícios		-	2	488	387
FGTS		-	(1)	505	440
		<u>1.532</u>	<u>1.336</u>	<u>9.293</u>	<u>7.859</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		355	115	23.696	22.057
Estaduais		3	9	66	198
		<u>358</u>	<u>124</u>	<u>23.762</u>	<u>22.255</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	18	86.530	28.940	165.352	108.574
Aluguéis		(71)	255	446	732
Outras		2	1.289	4.433	2.672
		<u>86.461</u>	<u>30.484</u>	<u>170.231</u>	<u>111.978</u>
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos/prejuízo do semestre		<u>(3.205)</u>	<u>19.416</u>	<u>(3.205)</u>	<u>19.416</u>
		<u>85.146</u>	<u>51.360</u>	<u>200.081</u>	<u>161.508</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”) foi constituída em 23 de março de 2005, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., que participa com 99,99% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291MW.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A venda da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobras/PROINFA.

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- ***Funil Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Guanhões, no Município de Dolores do Guanhões, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5MW, com investimento total de R\$ 91.071, e iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008.

- ***São Joaquim Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 21MW, com investimento total de R\$ 82.421, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008.

- ***Santa Fé Energética S.A.***

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 30MW, com investimento total de R\$ 143.101, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

- ***Carangola Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 15MW, com investimento total de R\$ 61.198, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008.

- ***Jataí Energética S.A.***

A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW, com investimento total de R\$ 113.974, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008.

- ***Bonfante Energética S.A.***

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 19MW, com investimento total de R\$ 90.763, e iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008.

- ***Irara Energética S.A.***

A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW, com investimento total de R\$ 118.894, e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008.

- ***Calheiros Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 19MW, com investimento total de R\$ 76.836, e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008.

- ***Caparaó Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dores do Rio Preto, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 4,5MW, com investimento total de R\$ 24.444 e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

- ***Monte Serrat Energética S.A.***

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 25MW, com investimento total de R\$ 132.690, e iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009.

- ***São Simão Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 27MW, com investimento total de R\$ 105.342, e iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009.

- ***São Pedro Energia S.A.***

A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 30MW, com investimento total de R\$ 133.718, e iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009.

- ***Retiro Velho Energética S.A.***

A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás. Tem capacidade instalada de 18MW, com investimento total de R\$ 109.641, e iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade com as normas do CPC

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica especificamente aplicáveis ao ativo fixo.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2011.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

d. Aplicação de novos pronunciamentos contábeis

A Companhia avaliou a aplicação das novas normas contábeis emitidas pelo CPC, e concluiu que os únicos CPCs com efeitos nas suas demonstrações contábeis são o CPC 24 - Eventos Subsequentes (CPC 24) e o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (ICPC 08).

Para atender às referidas normas, a Companhia está apresentando o balanço patrimonial na data de aplicação dos novos CPCs, 1º de janeiro de 2009.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

3 **Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da aplicação dos CPCs.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e outros recebíveis, e contas a pagar.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo através do resultado, quando classificados como mantidos para negociação, e pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva, quando se tratar de empréstimos e recebíveis.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme tratam o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, e a Instrução Normativa SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

d. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações de suas controladas indiretas em dezembro de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender às normas do CPC 27 - Ativo Imobilizado (CPC 27), a Companhia e suas controladas mantiveram o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas, e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alterada pela Resolução nº 367, de 2 de junho de 2009.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta nas Resoluções de autorização para estabelecimento como produtoras independentes, concedidas pela ANEEL a cada PCH, ao final do prazo dessas autorizações, caso não sejam renovadas, o valor residual dos bens será indenizado às Companhias. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando inclusive a Portaria MME nº 956/10, autorizando a prorrogação da PCH Pacífico Mascarenhas por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização de PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCPC 05.

f. Intangível

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos intangíveis.

g. Diferido

Registrado ao custo de formação. Na controladora, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), a partir da data do início de suas operações pelo prazo de dez anos. Nas controladas indiretas, registra as despesas pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 e a amortização é calculada a partir da data do início de suas operações pelo prazo de cinco anos.

A Companhia e suas controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização.

h. Valor recuperável de ativos

O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia e suas controladas não apuraram nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

i. Passivo circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCH Participações S.A. são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social das controladas indiretas são calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita brutas para apuração da base de cálculo são de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Em 2008, as suas controladas indiretas apuraram o imposto de renda e a contribuição social pelo método do lucro real.

A Companhia e suas controladas optaram por não adotar o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração do imposto de renda e da contribuição social, conforme permitido pela Lei nº 11.941/09.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (CPC 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias e preferenciais em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2010 e 2009.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil como as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- “Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters”;
- Improvements to IFRS 2010;
- IFRS 9 Financial Instruments;
- “Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)”;
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia e suas controladas estão em processo de análise da extensão do impacto dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

4 Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- ***Risco operacional***

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20.

- ***Risco de liquidez***

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 100,3% a 100,4% em bancos de primeira linha. Assim, garantem um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

- ***Risco de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 98,75% e 100,4% do CDI.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Os passivos financeiros existentes abrangem:

- (i) Saldos de financiamentos obtidos por suas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os quais estão expostos à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada à taxa de 6%, não podendo ser superior, conforme previsto em cláusula específica do respectivo contrato de financiamento, acrescidos de juros de 3,5% ao ano;
- (ii) Saldos de Certificados de Crédito Bancário (CCBs) emitidos pela Companhia em favor do ABN AMRO Real S.A., que foram transferidos à Fundação Petros, os quais estão expostos à variação do IGP-M acrescidos de juros de 9,9% ao ano;
- (iii) Saldos de CCBs emitidos pela Companhia em favor do Banco ABC, os quais estão expostos à variação do CDI acrescidos de juros de 0,42% ao mês;
- (iv) Saldos de atualização monetária incidentes sobre as ações preferenciais resgatáveis, as quais estão expostas à variação do IGP-M acrescidas de juros de 14% a.a.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia e suas controladas está apresentada na Nota Explicativa nº 19.

- ***Gestão de capital***

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e suas controladas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

5 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Brasil PCH S.A., as de sua controlada direta, PCH Participações S.A., na qual a participação no capital é de 99,99%, e as de suas controladas indiretas: Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A. e São Simão Energia S.A.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

6 Determinação do valor justo

A Companhia e suas controladas reconhecem pelo seu valor justo as aplicações financeiras, quando classificadas como mantidos para negociação o caixa, as contas a pagar e outras dívidas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2010	2009	2010	2009
Caixa	-	10	10	66
Bancos	5	106	757	3.147
Aplicações financeiras	<u>13.365</u>	<u>19.210</u>	<u>35.842</u>	<u>20.166</u>
	<u>13.370</u>	<u>19.326</u>	<u>36.609</u>	<u>23.379</u>

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Aplicações financeiras de liquidez imediata, aplicadas em CDB DI com baixo risco, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 98,75% e 100,4% do CDI.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas nas Notas Explicativas nºs 4 e 19, respectivamente.

8 Ativos vinculados - BNDES

Refere-se aos recursos recebidos pelas controladas indiretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo Real FIQ Referenciado DI Títulos Públicos, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco Real, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. Segue composição dos saldos por empresa:

Empresa	Consolidado	
	2010	2009
PCH Participações S.A.	40.874	92
Bonfante Energética S.A.	3.034	4.409
Calheiros Energia S.A.	2.788	4.941
Caparaó Energia S.A.	613	1.020
Carangola Energia S.A.	2.035	3.151
Funil Energia S.A.	3.059	5.471
Irara Energética S.A.	4.111	7.671
Jataí Energética S.A.	3.933	8.666
Retiro Velho Energética S.A.	2.674	3.590
Monte Serrat Energética S.A.	4.196	5.971
Santa Fé Energética S.A.	4.470	9.960

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Empresa	Consolidado	
	2010	2009
São Joaquim Energia S.A.	2.625	5.518
São Pedro Energia S.A.	3.547	6.370
São Simão Energia S.A.	3.817	4.981
	<u>81.776</u>	<u>71.811</u>

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas nas Notas Explicativas nº 4 e 19, respectivamente.

9 Contas a receber

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas indiretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte.

As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA. Segue composição dos saldos por empresa:

Empresa	Consolidado	
	2010	2009
Brasil PCH S.A.	81	-
Bonfante Energética S.A.	2.074	1.922
Calheiros Energia S.A.	1.697	1.573
Caparaó Energia S.A.	399	375
Carangola Energia S.A.	1.498	1.729
Funil Energia S.A.	2.432	2.074
Irara Energética S.A.	2.962	3.082
Jataí Energética S.A.	4.181	2.750

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Empresa	Consolidado	
	2010	2009
Monte Serrat Energética S.A.	2.717	2.602
Retiro Velho Energética S.A.	1.661	1.606
Santa Fé Energética S.A.	3.976	3.759
São Joaquim Energia S.A.	2.071	1.945
São Pedro Energia S.A.	2.772	2.678
São Simão Energia S.A.	<u>5.060</u>	<u>2.227</u>
	<u>33.611</u>	<u>28.322</u>

Não há exposição da Companhia ou de suas controladas a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes.

10 Depósitos judiciais

Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos ora tomados por terceiros. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público. De acordo com a posição dos advogados, não existem contingências passivas relacionadas a estes processos.

11 Investimentos e partes relacionadas

O controle da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A., Eletroriver S.A. e Araguaia Centrais Elétricas S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Conforme já comentado na Nota Explicativa nº 1, a Brasil PCH S.A. detém o controle individual com 99,99% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 99,99% de participação, as 13 PCHs.

a. Movimentação dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	2010	2009
No início do exercício	433.011	350.165
Aumento de capital em controlada	-	27.722
Dividendos recebidos	(20.148)	-
Dividendos a receber	(21.817)	-
Equivalência patrimonial	<u>91.861</u>	<u>55.124</u>
No fim do exercício	<u>482.907</u>	<u>433.011</u>

b. Informações da investida direta - PCH Participações S.A.

	2010
Capital subscrito	355.535
Quantidade de ações ordinárias	327.813.400
Patrimônio líquido	482.907
Resultado do exercício	91.861
Participação no capital social	99,99%

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

c. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as transações com partes relacionadas estão representadas como se segue:

	2010	2009
Ativo circulante		
PCH Participações S.A. (i)	21.817	-
Ativo não circulante		
PCH Participações S.A. (ii)	<u>46.840</u>	<u>35.388</u>
	<u>68.657</u>	<u>35.388</u>

Referem-se a (i) dividendos a receber e (ii) a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), os quais foram realizados em condições consideradas pela Administração compatíveis com as de mercado nas datas das operações.

d. Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 31 de março de 2010, foi aprovada a remuneração global anual líquida da Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício de 2010 em, no máximo, R\$ 1.700, tendo sido pagos R\$ 1.533.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

12 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	2010	2009
				Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	10,00	13	5	8	13
Móveis e utensílios	10,00	259	57	202	229
Máquinas e equipamentos	10,00	139	34	105	93
Computadores e periféricos	20,00	231	195	36	113
		<u>642</u>	<u>291</u>	<u>351</u>	<u>448</u>

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	2010	2009
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	11.981	-	11.981	11.995
Edifícios e benfeitorias	10,00	13	5	8	19
Máquinas e equipamentos:					
Outras máquinas e equipamentos	10,00	586	67	519	206
Turbina, transformador, estrutura de tensão	2,50	277.238	15.144	262.094	270.108
Disjuntor, comando e transformador	3,00	48.826	3.113	45.713	48.353
Conduto forçado	3,10	167.264	11.515	155.749	161.040
Gerador, comporta, chave e transformador	3,30	158.270	11.557	146.713	153.028
Subestação unitária	3,60	785	64	721	739

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	2010 Líquido	2009 Líquido
Sistema de proteção de incêndio	4,00	2.139	148	1.991	1.859
Para-raios	4,50	2.575	255	2.320	2.485
Estrutura de tensão e comunicação	5,00	64.822	7.934	56.888	64.166
Sistemas de alimentação e ar-condicionado	5,90	6.338	716	5.622	6.064
Luminária	7,70	3	-	3	-
Móveis e utensílios	10,00	344	75	269	298
Instalações:					
Casa de força, reservatório e barragem	2,00	517.268	22.378	494.890	500.469
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	4,00	45.317	3.605	41.712	43.442
Computadores e periféricos	20,00	332	237	95	148
Imobilizado em andamento	-	461	-	461	1.510
Adiantamentos fornecedores (i)	-	9.190	-	9.190	6.913
		<u>1.313.752</u>	<u>76.813</u>	<u>1.236.939</u>	<u>1.272.868</u>

(i) Referem-se à compra de equipamentos que ainda serão instalados nas PCHs, o que não impede ou dificulta o funcionamento normal de suas operações.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

b. Movimentação do custo

	Controladora				Saldo em 31/12/2009
	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	13	13
Móveis e utensílios	166	93	-	-	259
Máquinas e equipamentos	26	-	-	75	101
Computadores e periféricos	231	-	-	-	231
Imobilizado em andamento	-	88	-	(88)	-
Instalações	50	-	(12)	-	38
	<u>473</u>	<u>181</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>642</u>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2009
	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	11.378	749	(132)	-	11.995
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	22	22
Máquinas e equipamentos:					
Máquinas e equipamentos	31	52	-	139	222
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	144.264	-	-	133.810	278.074
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	22.908	-	-	27.036	49.944
Conduto forçado	105.235	-	-	62.107	167.342
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	89.150	-	-	70.074	159.224
Subestação unitária	525	-	-	251	776
Sistema de proteção contra incêndio	413	-	-	1.516	1.929
Para-raios	1.445	-	-	1.176	2.621
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	48.831	-	-	20.020	68.851

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2009
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	1.480	-	-	4.921	6.401
Móveis e utensílios	221	120	(4)	-	337
Instalações:					
Casa de força, reservatório e barragem	302.330	-	-	210.259	512.589
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	17.116	-	-	28.103	45.219
Outras instalações	61	-	(12)	(11)	38
Computadores e periféricos	294	25	(3)	-	316
Imobilizado em andamento	414.530	75.648	-	(488.668)	1.510
Adiantamentos a fornecedores	72.448	5.220	-	(70.755)	6.913
	<u>1.232.660</u>	<u>81.814</u>	<u>(151)</u>	<u>-</u>	<u>1.314.323</u>
	Controladora				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências		Saldo em 31/12/2010
Edifícios e benfeitorias	13	-	-		13
Móveis e utensílios	259	-	-		259
Máquinas e equipamentos	139	-	-		139
Computadores e periféricos	231	-	-		231
Imobilizado em andamento	-	-	-		-
	<u>642</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>642</u>

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas (ii)	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Terrenos	11.995	172	(266)	80	11.981
Edifícios e benfeitorias	22	-	-	(9)	13
Máquinas e equipamentos:					
Outras máquinas e equipamentos	222	372	(16)	8	586
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	278.074	1.684	(2.262)	(258)	277.238
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	49.944	83	(811)	(390)	48.826
Conduto forçado	167.342	-	(348)	270	167.264
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	159.224	2.201	(1.408)	(1.747)	158.270
Subestação unitária	776	8	-	1	785
Sistema de proteção contra incêndio	1.929	250	(44)	4	2.139
Para-raios	2.621	-	(29)	(17)	2.575
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	68.851	-	(3.948)	(81)	64.822
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	6.401	-	(76)	13	6.338
Luminária	-	-	-	3	3
Móveis e utensílios	337	9	-	(2)	344
Instalações:					
Casa de força, reservatório e barragem	512.589	7.204	(5.810)	3.285	517.268
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	45.219	-	(143)	241	45.317
Outras instalações	38	-	-	(38)	-
Computadores e periféricos	316	16	-	-	332
Imobilizado em andamento	1.510	5.405	(7.203)	749	461
Adiantamentos a fornecedores	6.913	9.775	(5.386)	(2.112)	9.190
	<u>1.314.323</u>	<u>27.179</u>	<u>(27.750)</u>	<u>-</u>	<u>1.313.752</u>

(ii) Referem-se a acertos por conta de saldos retidos com fornecedores.

13 Diferido

A Companhia registra o diferido ao custo de formação e a amortização é calculada conforme a data de início das operações das controladas indiretas, pelo prazo de dez anos.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Suas controladas indiretas registram o diferido ao custo de formação, e a amortização é calculada conforme a data de início das operações pelo prazo de cinco anos. O saldo está representado como se segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2010	2009	2010	2009
Encargos financeiros	75.735	75.735	75.375	81.340
Despesas gerais	-	-	15.335	9.428
Despesas tributárias	-	-	2.856	2.856
Receitas financeiras	-	-	(341)	(341)
Amortização acumulada	<u>(16.462)</u>	<u>(8.888)</u>	<u>(24.497)</u>	<u>(13.446)</u>
	<u>59.273</u>	<u>66.847</u>	<u>68.728</u>	<u>79.837</u>

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

As despesas gerais incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

14 Financiamentos

		Consolidado	
	Indexador	2010	2009
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		683.166	770.031
Encargos		<u>133.842</u>	<u>126.645</u>
Total		<u>817.008</u>	<u>896.676</u>
Parcela de curto prazo		85.453	82.677
Parcela de longo prazo		<u>731.555</u>	<u>813.999</u>
Total		<u>817.008</u>	<u>896.676</u>

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES no montante atualizado de R\$ 821.932 (originalmente R\$ 807.891), a uma taxa de juros sobre o principal da dívida de 3,5% ao ano acima da TJLP. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Segue-se a posição dos financiamentos e respectivos encargos em aberto em 31 de dezembro de 2010, para cada controlada:

Empresa	Principal	Encargos	Total
Bonfante Energética S.A.	50.183	10.075	60.258
Calheiros Energia S.A.	44.920	11.014	55.934
Caparaó Energia S.A.	10.406	1.734	12.140
Carangola Energia S.A.	33.475	6.650	40.125
Funil Energia S.A.	50.269	9.525	59.794
Irara Energética S.A.	67.060	15.370	82.430
Jataí Energética S.A.	66.576	12.053	78.629
Monte Serrat Energética S.A.	70.339	14.433	84.772
Retiro Velho Energética S.A.	43.896	10.684	54.580
Santa Fé Energética S.A.	74.834	13.339	88.173
São Joaquim Energia S.A.	43.834	7.496	51.330
São Pedro Energia S.A.	64.360	7.410	71.770
São Simão Energia S.A.	63.014	14.059	77.073
	<u>683.166</u>	<u>133.842</u>	<u>817.008</u>

Neste exercício, as controladas efetuaram pagamento do financiamento no valor total de R\$ 158.493 (R\$ 128.255 em 31 de dezembro de 2009).

As garantias são conforme se segue:

a. Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCH Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

b. Pela PCH Participações S.A.

- (i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar;
- (ii) Constituição da conta reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas do serviço da dívida das beneficiárias, proveniente da venda de energia à Eletrobras. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES;
- (iii) Não deliberar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pelo prazo de 12 meses após a entrada de operação da última PCH e enquanto a conta de reserva especial não estiver preenchida durante todo prazo do contrato de financiamento.

c. Pelas beneficiárias (13 PCHs)

- (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta das PCHs, se comprometeram em honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas direta e indiretas até a quitação das obrigações junto ao BNDES;
- (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos;

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$ 192.000, em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$ 50.000 e em 30 de junho de 2008, no montante de R\$ 38.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

As garantias são conforme se segue:

- (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do Contrato de Penhor celebrado entre Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a Eletroriver S.A., a BSB Energética S.A., a Jopelba S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.;
- (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCH Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

b. CCBs - Banco ABC

Indexador	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Cédulas de Crédito Bancário (CCBs): CDI + 0,42% a.m.				
Principal	<u>2.495</u>	<u>-</u>	<u>2.495</u>	<u>-</u>
	<u>2.495</u>	<u>-</u>	<u>2.495</u>	<u>-</u>

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2010	2009	2010	2009
Parcela de curto prazo - Banco ABC	<u>2.495</u>	<u>-</u>	<u>2.495</u>	<u>-</u>

Em 14 de janeiro de 2010, no montante de R\$ 15.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCB de curto prazo em favor do Banco ABC do Brasil S.A., com o objetivo principal de cumprir obrigações a curto prazo.

Esta CCB será paga em seis parcelas mensais de principal e juros, amortizadas pelo SAC, a partir de 31 de agosto de 2010 a 31 de janeiro de 2011.

Foi concedido aval pela Brasil PCH S.A. como garantia.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 109.032, está representado por 109.031.967 ações, sendo 94.187.831 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 5.875.804 preferenciais classe A e 8.968.332 preferenciais classe B.

As ações preferenciais classe A são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal, e serão resgatadas, a partir de 2015 até 2018, 25% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e pelo preço de emissão dessas ações.

As ações preferenciais classe B são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal, e serão resgatadas, a partir de 2014 até 2018, 20% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e pelo preço de emissão dessas ações.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

A Companhia classifica os valores correspondentes às suas ações preferenciais resgatáveis como capital social no patrimônio líquido, na forma definida pelo artigos 5 combinado com 11 da Lei nº 6.404/94 e 2.1.3 do seu Acordo da Acionistas, sendo que o entendimento da Administração da Companhia está de acordo com o requerido pela legislação societária. Consequentemente, trata tais ações preferenciais resgatáveis como títulos de patrimônio e não de dívida.

Segue-se a composição do capital da Companhia:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Ações (%)	Quantidade de ações total
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	46.152.037	-	42	46.152.037
Eletroriver S.A.	20.306.895	-	19	20.306.895
Araguaia Centrais Elétricas S.A.	11.999.531	-	11	11.999.531
BSB Energética S.A.	13.845.611	-	13	13.845.611
Jobelpa S.A. (*) (**)	1.883.757	4.329.540	6	6.213.297
Marthom S.A. (*)	-	3.092.528	3	3.092.528
A.A. Soluções - Cons. Emp. Ltda. (*)	-	1.546.264	1	1.546.264
Tinto Energética Partic. Ltda. (**)	-	5.875.804	5	5.875.804
Total	<u>94.187.831</u>	<u>14.844.136</u>	<u>100</u>	<u>109.031.967</u>

(*) Ações preferenciais classe B

(**) Ações preferenciais classe A

b. Reservas

Reserva de capital

Refere-se à reserva de ágio na subscrição de ações da Companhia conforme AGE realizada em 4 de abril de 2006, a qual está sendo utilizada para pagamento de dividendos das ações preferenciais.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Reserva especial

Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que possa distribuir dividendos, uma vez que em Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2010, a Administração da Companhia determinou que esta distribuição está condicionada ao pagamento dos empréstimos adquiridos junto à Fundação Petros e ao Banco ABC, mencionados na Nota Explicativa nº 15.

c. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos fixos e cumulativos, conforme disposto no parágrafo 5º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Em função da necessidade de cumprir obrigações assumidas com os empréstimos, a Administração não está propondo o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos de ações preferenciais estão sendo pagos mediante realização das contas de Reserva de Capital e de Retenção de Lucros.

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, os dividendos das ações preferenciais (“Remuneração do Capital”) são calculados a partir da data de integralização das ações, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, aplicando-se a variação do número índice do IGP-M sobre o valor base das ações durante o exercício considerado, acrescida de encargos à taxa efetiva de 14% ao ano, calculados *pro rata temporis*, devendo os dividendos ser pagos até cinco dias úteis contados da data de encerramento do respectivo exercício, exceto pelo seguinte:

- Os valores apurados até 30 de junho de 2009 serão pagos, no caso das ações preferenciais classe A, a partir de 2015, quando do resgate das ações, e no caso das ações preferenciais classe B, 50% dentro de cinco dias úteis após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e outros 50% a partir de 2014 por ocasião do resgate das ações.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Baseados em uma reanálise das cláusulas presentes no Acordo de Acionistas, foi alterada, a partir do período findo em 30 de junho de 2009, a metodologia de cálculo a ser aplicada à remuneração de capital dos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, sendo utilizado como valor base das ações o conceito de “preço de emissão”, o qual corresponde ao preço total que o acionista subscritor se obrigou a pagar à Companhia emissora no momento da subscrição das respectivas ações preferenciais, ou seja, o seu preço de subscrição. Em 2010, foram pagos dividendos atualizados, no montante de R\$ 13.760.

17 Contingências

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial.

Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia ou suas controladas em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia estava envolvida na discussão no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá (CCBC) com a construtora responsável pela construção das usinas da Bonfante Energética S.A. e da Monte Serrat Energética S.A. (controladas indiretas), referentes a saldos do contrato “Engineering Procurement and Construction (EPC)”. A discussão foi encerrada em 23 de dezembro de 2010, sem perda para a Companhia.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

18 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2010	2009	2010	2009
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	-	-	(695)	(493)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(86.530)	(30.224)	(165.352)	(109.852)
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>7</u>	<u>(222)</u>	<u>(8.551)</u>
	<u>(86.532)</u>	<u>(30.217)</u>	<u>(166.269)</u>	<u>(111.200)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações em renda fixa	1.034	3.230	8.799	9.412
Outras receitas	<u>161</u>	<u>259</u>	<u>2.830</u>	<u>660</u>
	<u>1.195</u>	<u>3.489</u>	<u>11.629</u>	<u>10.072</u>
Resultado financeiro	<u>(85.337)</u>	<u>(26.728)</u>	<u>(154.640)</u>	<u>(101.128)</u>

19 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros que representam risco para a Companhia e suas controladas. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50% respectivamente, em relação a esta mesma data.

		Controladora			
		Cenário			
Operação	Risco	Real 31/12/2010	Provável 12 meses	Possível 25%	Remoto 50%
Aplicação Financeira	Baixa do CDI	13.365	13.424	13.110	12.737
Empréstimos - CCBs Petros	Alta do IGP-M	473.837	473.837	489.826	505.815
Empréstimos - CCBs Banco ABC	Alta do CDI	2.495	2.495	2.591	2.832
Dividendos de ações preferenciais - atualização monetária	Alta do IGP-M	14.101	14.101	14.951	15.802
		Consolidado			
		Cenário			
Operação	Risco	Real 31/12/2010	Provável 12 meses	Possível 25%	Remoto 50%
Aplicação Financeira	Baixa do CDI	35.842	35.980	35.113	34.114
Ativos vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	81.776	81.676	79.415	77.154
Empréstimos - CCBs Petros	Alta do IGP-M	473.837	473.837	489.826	505.815
Empréstimos - CCBs Banco ABC	Alta do CDI	2.495	2.495	2.591	2.832
Dividendos de ações preferenciais - atualização monetária	Alta do IGP-M	14.101	14.101	14.951	15.802

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia e suas controladas consideram que os instrumentos financeiros passivos oriundos de financiamentos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%.

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

20 Cobertura de seguro

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, no montante de R\$ 10.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

As controladas indiretas, a partir da data do início de suas operações, contrataram cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras e lucros cessantes, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Empresa	Danos materiais	Lucros cessantes	Total
Bonfante Energética S.A.	81.799	18.852	100.651
Calheiros Energia S.A.	69.983	15.297	85.280
Caparaó Energia S.A.	21.749	3.623	25.372
Carangola Energia S.A.	50.410	13.576	63.986
Funil Energia S.A.	76.692	20.271	96.963
Irara Energética S.A.	97.671	25.438	123.109
Jataí Energética S.A.	92.464	26.833	119.297
Monte Serrat Energética S.A.	106.880	25.412	132.292
Retiro Velho Energética S.A.	92.706	15.520	108.226

Brasil PCH S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Empresa	Danos materiais	Lucros cessantes	Total
Santa Fé Energética S.A.	119.713	36.650	156.363
São Joaquim Energia S.A.	67.209	18.809	86.018
São Pedro Energia S.A.	117.014	25.998	143.012
São Simão Energia S.A.	90.210	21.427	111.637
	<u>1.084.500</u>	<u>267.706</u>	<u>1.352.206</u>

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Composição do Conselho de Administração

José Alcides Santoro Martins - Presidente
Renato de Andrade Costa - Conselheiro

Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

Composição da Diretoria

Fernando Homem da Costa Filho - Diretor-Presidente
Abelardo Martins de Mello - Diretor Financeiro e
Administrativo

José Guilherme Antloga do Nascimento - Diretor
Márcio Barata Diniz - Diretor

Contador

Geuma Campos Nascimento
CRC SP161851/O-6 S-RJ